



FACES DA MESMA MOEDA: IMPERIALISMO E RACISMO NA CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS¹

FILIPE ALMEIDA DO PRADO MENDONÇA

Doutor em Ciência Política pela UNICAMP e Professor Adjunto do IERI/UFU
mendonca@ufu.br

PEDRO HENRIQUE DE MORAES CICERO

Doutor em Ciência Política pela UNICAMP e Professor Adjunto do IERI/UFU
pedrohenrique@ufu.br

MARISA SILVA AMARAL

Doutora em Economia pelo IPE-FEA/USP e Professora Adjunta do IERI/UFU
msamaral@ufu.br

RESUMO: O artigo apresenta o diálogo necessário entre as principais teorias do imperialismo e o engajamento dos Estados Unidos na ordem internacional contemporânea, enfatizando a instrumentalização de práticas de política externa flagrantemente racistas como *modus operandi* para a concretização do imperialismo estadunidense ainda no século XIX. Parte-se do pressuposto de que as teorias de relações internacionais, bem como a compreensão do papel desempenhado pelos Estados Unidos no sistema internacional contemporâneo, têm muito a absorver de conceitos caros às teorias do imperialismo (clássicas e contemporâneas), destacando para isto o debate sobre: a resistência ao ahistoricismo; o papel das redes e classes transnacionais nos realinhamentos de poder contemporâneo; o diálogo profundo entre a economia internacional e a política internacional; e a preponderância do Estado e seu papel ativo na condução das relações internacionais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: relações internacionais; Estados Unidos; imperialismo; racismo.

TWO SIDES OF THE SAME COIN: IMPERIALISM AND RACISM IN THE CONSOLIDATION OF US HEGEMONY

ABSTRACT: The article presents the necessary dialogue between the main theories of imperialism and the engagement of the United States in the contemporary international order, punctuating the instrumentalization of flagrantly racist foreign policy practices as *modus operandi* for the realization of US imperialism as early as the nineteenth century. It is assumed that international relations theories, as well as the understanding of the role played by the United States in the contemporary international system, would benefit from the debate regarding the core concepts of imperialism theories (classical and contemporary), highlighting themes such as: resistance to ahistoricism; the role of transnational networks and classes in the realignments of contemporary power; the deep dialogue between the international economy and international politics; and the preponderance of the state and its active role in conducting contemporary international relations

KEYWORDS: international relations; United States; imperialism; racism.

¹ Agradecemos aos pareceristas que, em seu anonimato, colaboraram com contribuições valiosas, permitindo o aprofundamento deste trabalho.



1. INTRODUÇÃO

“*Whitewashing*”. Este é o termo utilizado para classificar o costume da indústria cinematográfica estadunidense, em especial ao longo da primeira metade do século passado, que consistia em sistematicamente substituir personagens de etnia estrangeira por atores e atrizes de cor branca. Interessante notar que a utilização em larga escala desse violento e aviltante expediente não ocorreu, exclusivamente, no campo das artes. Tal prática também pode ser claramente verificada na disputa epistemológica que, mais ou menos naquele mesmo período, marcou o “nascimento” das abordagens analíticas e teóricas sobre as Relações Internacionais.

Nesse contexto, nota-se o aparecimento (e desaparecimento) de determinados temas que, juntos, passaram a conformar o campo teórico (e político) responsável por ajudar a sedimentar o “projeto hegemônico” a partir de então encampado pelos EUA. Assim, o realismo e o liberalismo ganharam força como principais referenciais teóricos da área, determinando as agendas, os financiamentos e as publicações levadas a cabo a partir de então. Nesta mesma esteira, debates sobre “estado de natureza”, “anarquia”, “moralidade”, em suas múltiplas variações, se revigoram. Ao mesmo tempo, outros debates consolidados ao longo do século XIX foram apagados do *mainstream* estadunidense, como as discussões em torno do “imperialismo” e do “racismo”. Sobre o tema, pontua Kidd (2017, p.158) a partir do instigante livro de Robert Vitalis, “*White World Order, Black Power Politics*”, publicado em 2015:

International Relations was originally predicated on the imperative of maintaining global White domination – the journal we know as Foreign Affairs was originally titled the Journal of Race Development. Whites saw themselves as ruling a world of colored races and were preoccupied with staving off the danger of a global race war. But of course, in the postwar, post-colonial period, such a past became too embarrassing to be avowed – hence the need for a disciplinary purging and self-reinvention.

Esta constatação nos leva a uma inevitável pergunta: por qual razão os debates sobre imperialismo e racismo foram expurgados da agenda política estadunidense? Algumas explicações iniciais se firmaram: coerência metodológica, a divisão do campo em *issue areas*, o ahistoricismo, o “*whitewashing*”. No nosso



entendimento, porém, outro fator importantíssimo raramente é mobilizado para compreender a referida realidade: a ascensão hegemônica dos Estados Unidos e as práticas imperialistas dela decorrentes foram determinantes para este desaparecimento. Não se trata, portanto, de mera correlação, mas de causalidade. Como nos lembra Hoffmann em seu texto seminal de 1977, “what the scholars offered, the policy-makers wanted” (HOFFMANN, 1977, p.47). Diante disso, consideramos que a prática imperialista estadunidense se desenrolou em um período particularmente racista da história dos EUA.

É bem verdade que ideias tais como “benevolência” e “superioridade moral” não são construções exclusivas da fase imperial dos Estados Unidos. Todo o imperialismo clássico fez-se em nome de insígnias bastante conhecidas como o “Fardo do Homem Branco” e a “Missão Civilizatória” europeia sobre povos bárbaros. A novidade estabelecida pelos estadunidenses, porém, está no fato de conseguirem desenvolver um campo de estudo avançado que, embora com adeptos em outras partes do mundo, se estabelece muitas vezes de forma acrítica, aderindo às agendas e aos termos impostos pelo país hegemônico. Em outras palavras, um dos dilemas cruciais que nos cabe enfrentar é o de que o campo das Relações Internacionais nasce, portanto, fortemente vinculado ao contexto político estadunidense. Como nos alertou Hoffmann (1977, p. 75), a área carrega consigo dilemas práticos e conceituais tipicamente estadunidenses e, justamente por isso, possui já em sua origem um forte impulso para “calcular o incalculável” e um desejo quase irrefreável de analisar o presente e de afastar a política internacional dos historiadores.

Tal construção histórico-epistemológica impõe como consequência esforços que apontem na direção contrária, isto é, na necessidade de encarar as origens dos estudos contemporâneos sobre Relações Internacionais de maneira historicizada. A ascensão do realismo como doutrina de política internacional predominante nos Estados Unidos impactou profundamente o campo de estudos de relações internacionais. Por partir de visões de mundo totalmente distintas e por se propor a pautar projetos políticos opostos, a ascensão do realismo político teve como consequência lógica a necessidade de desconstrução das premissas relativas ao Imperialismo, na medida em que se fazia crucial para aquele país a criação e legitimação de uma doutrina de intervenção global que fosse amplamente acolhida e minimamente questionada pela “comunidade internacional”.



Neste texto, porém, defendemos o avesso: a atualidade das teorias clássicas do imperialismo para a compreensão das relações internacionais nos dias atuais e entendemos que o seu desaparecimento nos Estados Unidos não acontece por acaso ou por questões metodológicas. Argumentamos que entender a política internacional dos Estados Unidos à luz das teorias imperialistas, com especial destaque para seus recortes racistas, é crucial para a compreensão da ordem internacional contemporânea além de permitir enxergar com maior clareza contradições nevrálgicas na política internacional dos Estados Unidos, contradições estas que o realismo sempre tentou ocultar. Além disso, esta abordagem permite fazer reflexões sobre alguns dualismos tão comuns na área, como Teoria/Prática, Centro/Periferia, Ocidente/Não-Ocidente, entre outros.

A tarefa, entretanto, não é simples. O debate sobre o imperialismo e seus desdobramentos contemporâneos permite múltiplas portas de entrada. É possível iniciar pela arqueologia do conceito, pensar as aplicações da abordagem em determinadas conjunturas e/ou regiões ou, até mesmo, expor as especificidades ontológicas, epistemológicas e metodológicas inerentes a este debate. Algumas destas perspectivas, cada uma a seu modo, foram objeto de estudos aprofundados recentemente, como em Amaral (2012), Corrêa (2012), Leite (2017) e Osório (2018), entre outros. Este texto opta por um caminho diferente ao apontar aspectos de um diálogo necessário entre as teorias do imperialismo e os debates sobre as relações internacionais dos Estados Unidos.

A referida mobilização das teorias do imperialismo enquanto lente interpretativa relevante para a compreensão das relações internacionais contemporâneas passa, necessariamente, pelas considerações sobre o poder estadunidense. Por isso, é preciso tratar de suas especificidades, causas históricas e das circunstâncias concretas de implementação e sustentação políticas. Nesta esteira, este artigo está dividido, além desta introdução e de algumas breves considerações finais, em três seções. Na primeira delas mobilizaremos as teorias clássicas do imperialismo e mostraremos sua relevância para a compreensão da política internacional contemporânea. Na segunda seção enfatizaremos o papel decisivo desempenhado pelo racismo para a consolidação da prática imperialista firmada desde o quarto final do século XIX pelos EUA. A partir deste contexto, discorreremos na terceira seção sobre como a história oficial do campo atuou para



ocultar debates consolidados e promoveu um corpo epistemológico mais adequado para as práticas imperialistas da hegemonia em ascensão no século XX.

2. AS TEORIAS CLÁSSICAS DO IMPERIALISMO E A POLÍTICA INTERNACIONAL

As teorias clássicas do imperialismo trouxeram inúmeras contribuições teóricas que nos ajudam a compreender os processos históricos e o funcionamento das relações internacionais. As abordagens que identificam e caracterizam o imperialismo, tais como Hobson (1902), Hilferding (1910), Luxemburgo (1913), Kautsky (1914), Bukharin (1917) e Lenin (1917), cada uma a seu modo, se pautam por uma análise em que fica evidente a indissociabilidade dos aspectos econômicos e políticos no funcionamento do modo de produção capitalista e nos fenômenos a ele associados, tornando límpido o objeto clássico da economia política internacional que acaba sendo incorporado mais tarde por algumas vertentes das teorias de relações internacionais. Deixa manifesta a relação carnal entre o capital e as armas, entre a expansão do capital financeiro (conceito caro aos economistas) e a balança de poder (conceito caro aos internacionalistas); rompe com as divisões pouco naturais entre as arenas internas e as arenas internacionais, o mercado doméstico e o mercado internacional e abre espaço para tratamentos diversos de conceitos como o 'novo colonialismo', o 'complexo industrial-militar', 'congelamento de poder', 'hegemonia', entre diversos outros.

Este grupo de autores, embora componha o núcleo duro das teorias clássicas do imperialismo, não forma um corpo coeso. Em corrida intelectual (e, em alguns casos, militante) para tentar compreender a grande expansão internacional das relações econômicas e políticas ao final do século XIX e início do século XX, discordavam, por exemplo, sobre a causalidade original do imperialismo, ou, mais precisamente, sobre o que o imperialismo efetivamente é: se se mostra como um tipo de política ou como uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. Tal divergência traz à tona uma acalorada disputa já entre os teóricos clássicos do imperialismo,² que, posteriormente, se estende às análises contemporâneas: o

² A este respeito, vale um retorno ao próprio Lênin (2009), que abre intensa polêmica com as conclusões a que chega Kautsky sobre uma tendência ao ultraimperialismo, o que, para Lênin, representaria uma crítica ao imperialismo mediante a defesa de uma perspectiva reformista pautada



debate acerca do caráter não necessário do imperialismo, sua transitoriedade ou a possibilidade de substituição da política imperialista por outra qualquer, não imperialista. Nessa esteira, desenham-se discordâncias sobre os efeitos que o imperialismo exerceria na luta da classe trabalhadora contra os abusos do capital bem como sobre as possibilidades de uma aliança entre as potências imperialistas.

A despeito das diferenças, entretanto, parece haver um claro ponto de contato entre as interpretações sobre o imperialismo desenvolvidas pelos teóricos clássicos: todos tratam da necessidade de expansão dos espaços de atuação do capital para a continuidade da acumulação,³ apontando para o fato de que tal movimento se desenrola a partir do estabelecimento de relações desiguais no plano internacional, consolidadas, via de regra, pelo uso de métodos violentos. Todos os clássicos mencionam, por exemplo, as políticas de (neo)colonização como essenciais para o devido entendimento do processo.⁴ Em outras palavras, todos tratam de um

na lógica da “democracia pacífica”. Como se uma alternativa ao imperialismo fosse a associação entre o capital financeiro internacional em favor de uma exploração comum do mundo, indicando a “possibilidade de uma paz permanente sob o capitalismo” (LÊNIN, 2009, p. 120).

³ Tal percepção não aparece tão claramente apenas na abordagem de Hobson (2005), que, ao passo que compreende as raízes econômicas do imperialismo e os limites do mercado interno oriundos de uma tendência à concentração e à formação de trustes e cartéis, posiciona-se como um crítico do imperialismo sob o argumento de que tal política de abertura de mercados internacionais seria vantajosa e lucrativa exclusivamente para setores específicos da sociedade (aqueles que experimentaram altos níveis de concentração de capitais, assim como os *financial dealers* a eles associados), sendo altamente nociva, segundo sua interpretação, para a nação imperialista, pois envolve altos custos, particularmente relacionados aos gastos militares requeridos para a manutenção de poder em territórios longínquos. O autor reconhece no colonialismo um produto legítimo e necessário do nacionalismo, mas entende que o próprio nacionalismo se desdobra inevitavelmente em imperialismo, entendido como uma política de expansão territorial que objetiva a subjugação econômica e política das nações “colonizadas”. Para Hobson, o imperialismo, além de ser desinteressante para o Estado, seria também pouco atrativo comercialmente, por entender que os produtores extraem das trocas muito menos do que despendem em impostos para que elas possam se efetivar; diferentemente do que ocorre com aqueles que internacionalizam capital na forma de investimentos privados, com forte benefício aos financistas (*financier*), as únicas classes beneficiadas pelo processo de expansão territorial segundo sua visão, como já dito. O ponto que nos interessa aqui destacar é que, embora Hobson considerasse a política imperialista altamente concentradora e com efeitos indesejáveis à nação, uma vez que leva a seu empobrecimento, o autor também reconhecia que, pelas vantagens e lucros que fornece aos investidores, a mesma política imperialista convertia-se numa óbvia necessidade para aqueles que dela se beneficiam e que assumem poder e controle sobre o aparelho de Estado, forçando aos movimentos expansionistas. E o fato de, nesses termos, reconhecer sua necessidade, não indica que Hobson defendesse a sua inevitabilidade; o autor entendia ser esta uma política possível entre outras tantas, e trazia para primeiro plano a importância da organização do Estado em torno dos interesses coletivos, a partir de políticas de distribuição de renda capazes de barrar os mecanismos que reforçam a concentração e a necessidade de expansão territorial. Com isso, Hobson demonstra os traços da social democracia da qual é representante.

⁴ É o caso de Luxemburgo (1985), que trata o imperialismo como uma espécie de colonização capitalista do mundo; de Kautsky (2009, p. 444, itálico original), que, ao entender o imperialismo como “o impulso de todas as nações capitalistas industriais a submeter e anexar regiões *agrárias* cada vez mais vastas, independentemente da nacionalidade dos povos que as habitam”, conclui que “o desejo de evitar que [o desenvolvimento industrial] ocorra, torna-se agora, para os Estados



movimento de internacionalização do capital – intrínseco ao desenvolvimento capitalista –, que, pela via da exportação de mercadorias ou da exportação de capitais propriamente dita, se desenrola de forma conflituosa, levando à subordinação entre nações.

Essa consideração mais geral nos leva a tecer alguns comentários importantes sobre aquelas que apareceram como divergências entre os referidos autores, particularmente no que toca à percepção sobre o que, de fato, é o imperialismo; se fase ou política. O único dos clássicos a definir o imperialismo como fase particular de desenvolvimento do capitalismo, ou, mais diretamente, como “a fase monopolista do capitalismo” foi Lênin (2009, p. 89).⁵ Hobson (2005) o define como uma política de expansão territorial dada pela necessidade de abertura de mercados, o que teria como desdobramento a subordinação econômica e política de determinadas regiões aos países “desenvolvidos”. Hilferding (1985) e Bukhárin (1988) são mais afeitos à ideia do imperialismo como a política econômica do capital financeiro ou como a política expansionista dos Estados capitalistas “modernos”. Kautsky (2009) adota a percepção do imperialismo como uma política de submissão e anexação de territórios agrícolas por parte das nações capitalistas industriais. E Luxemburgo (1985, p. 305) se fia na leitura de que

[o] imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital. Geograficamente essas áreas abrangem, mesmo hoje, vastas regiões da Terra. Em comparação com a massa enorme de capital já acumulado nos velhos países capitalistas, do

capitalistas, uma razão a mais para submeter diretamente (como colônia) ou indiretamente (como esfera de influência) os territórios agrários” (Ibidem, p. 459); de Hilferding (1985), que aponta para a intensificação da exploração colonial no período de formação e avanço do capital financeiro e sua exportação; de Lênin (2009), que percebe o parasitismo dos países exportadores de capital, que vivem da exploração do trabalho em países e colônias do ultramar; e mesmo de Hobson (2005), que, apesar de entender como legítimo e necessário o colonialismo britânico, o identificava como produto do nacionalismo e, adiante, do próprio imperialismo.

⁵ Em “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, Lênin vai além e defende que o imperialismo apresenta cinco traços fundamentais: “1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (LÊNIN, 2009, p. 90).



capital que luta por encontrar novos mercados para seu mais-produto e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, e em função da rapidez com que hoje se transformam as culturas pré-capitalistas em capitalistas, ou, em outras palavras, em comparação com o alto grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do capital, esse campo que lhe resta para a expansão parece mínimo. É isso que determina a forma de atuação do capital internacional no cenário mundial. Dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta entre os países capitalistas na conquista das regiões não-capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não-capitalista, como agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes.

Ocorre que, sob outro prisma, mesmo aqueles que entendem o imperialismo como uma política específica, explicitamente identificam a origem, o uso e a orientação da política imperialista com uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. A começar por Rosa Luxemburgo – para quem, aparentemente, capitalismo e imperialismo coincidem todo o tempo, uma vez que, segundo sua interpretação, todo país capitalista se converte em imperialista quando passa a avançar rumo a regiões onde o capitalismo ainda não se desenvolveu, de forma a encontrar espaços para realização de seu mais-produto e para valorização de sua mais-valia –, o recurso à política imperialista se dá, como dito, em etapa de “alto grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do capital” e não em qualquer de suas etapas anteriores. Também Kautsky (2009, p. 444) situa a política imperialista como “um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido” e, portanto, estabelece uma linha divisória entre aquelas políticas de conquista territorial que devem ser consideradas imperialistas e as que não se inserem nesse contexto. Finalmente, para resgatar a associação mais óbvia, tanto Hobson quanto Hilferding e Bukhárin identificam o imperialismo com a formação de monopólios, trustes e cartéis e, particularmente os dois últimos, lidam com a política do capital financeiro, que só se estabelece – nos países em que se estabelece – no pós-crise do final do século XIX. Mais uma vez, trata-se da política de uma fase específica do capitalismo.

Com estas colocações, parece estarmos aqui numa disputa por nomes. No entanto, diante de desconcertantes afirmações como as que fazem Hardt e Negri (2002, pp. 12-13, *itálicos originais*) – de que,



[e]m contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorporou gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global [.]

e de que “[o]s Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações europeias um dia ocuparam” (Ibidem, pp. 13-14) –, nos parece que esta, talvez, seja uma disputa que valha a pena travar. Especialmente porque é incorreto supor que a concorrência entre as grandes potências capitalistas no plano internacional tenha sido suprimida por um tipo de coordenação sustentada numa suposta neutralidade das principais instituições supranacionais, que supostamente teriam alçado à posição de grandes ordenadoras desinteressadas dos movimentos do capital.

Neste sentido, nos cabe aqui apontar que todos os teóricos clássicos, mesmo que definam o imperialismo como uma política específica, estão lidando com transformações próprias da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Tratam, portanto, de políticas por detrás dos movimentos de expansão internacional do capital, ou, em outros termos, de políticas de consumação das próprias exigências expansionistas do capital. Reivindicando Lênin, esta desponta, em nossa visão, como a forma mais adequada de se compreender o imperialismo: como a fase monopolista do capitalismo, cuja vigência se verifica ainda hoje, mesmo que, ao longo do seu percurso histórico, diferentes – e, por vezes, inclusive contrapostas – tenham sido suas formas políticas de manifestação.

Esta perspectiva mais abrangente nos autoriza a incorporar diversas subfases ao imperialismo, algo perfeitamente plausível quando consideramos que os próprios movimentos no capitalismo e suas transformações forçam a novos rearranjos e práticas políticas que garantam a acumulação do capital em escala mundial. Muitas são as políticas e práticas imperialistas, pressuposto bastante caro à compreensão da política internacional dos Estados Unidos. O caso estadunidense, que passamos agora a discutir, emblematiza com vigor esta percepção. Antes, porém, vale uma breve ressalva: estamos lidando aqui com duas estruturas distintas de construção,



tratando de questões que se enquadram em diferentes níveis de abstração. Um desses níveis envolve as leis tendenciais, apontadas nesta primeira seção, que encerram – longe de esgotar – alguns dos elementos chave para o tratamento sobre o imperialismo. Outro nível, muito mais concreto e, por isso, com menos mediações, é o dos processos históricos de constituição das diferentes formações econômico-sociais. Aqui, conforme argumentaremos a seguir, o racismo se apresenta como característica estrutural e indissociável do imperialismo, justo por ser uma característica estrutural e indissociável dos processos de colonização, que se estabelecem sob o manto de um discurso a partir do qual se convertem em benevolentes as nações colonizadoras, que, convencidas de uma suposta superioridade moral que lhes é nata, assumem como seu mote principal a responsabilidade de civilizar e tutelar os povos bárbaros e atrasados, reunidos, obviamente, nas nações colonizadas. Nestes termos, Castro-Gómez (2014) faz um apontamento certo ao diferenciar colonialismo e colonialidade, derivando daí o racismo:

Colonialismo faz referência à presença militar, política e administrativa de uma potência em um território estrangeiro [...]. Colonialidade faz referência às gerências do colonialismo mesmo depois que ele desaparece. O racismo é uma herança colonial, bem como certos modos de paternalismo e o machismo.

3. IMPERIALISMO E RACISMO NOS ESTADOS UNIDOS

Segundo Quijano (2006), desde a colonização das Américas, nos anos finais do século XV, o Sistema Internacional e o modo de produção que desde então o pauta são, flagrantemente, racializados.⁶ A raça, portanto, opera como um dispositivo de estratificação para todo o sistema mundial no qual as poderosas

⁶ Para o autor peruano, a consolidação e universalização do modo de produção capitalista tendo por base a racialização das relações sociais se expressa em sua amplamente conhecida teorização sobre a “Colonialidade do Poder”. Para Quijano (2002, p.04), “[c]olonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”. Essa idéia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder”.



nações dominantes brancas predominam (VITALIS, 2015). Nesse contexto, os Estados-Nação que se mostram mais aptos no processo de adaptação das suas estruturas político-administrativas aos novos padrões de acumulação mercantilistas então estabelecidos (notadamente, os Países Ibéricos, os Países Baixos, a Grã-Bretanha e, posteriormente, a França) cooperaram. A Europa Oriental se une ao subsistema regional do Atlântico branco para criar um padrão racial mundial, o qual opera a partir do domínio da “Ordem Mundial Branca”.

Interessante notar, tal como fazem LeMelle e Shepherd (1970), que a atitude discriminatória dos referidos Estados interessados em afirmar a “Supremacia Branca” e “Estados Brancos” para com o mundo é, ao menos em parte, reflexo de seus próprios problemas internos de estratificação racial. Os autores apontam uma relação direta entre a gravidade desses problemas raciais internos e a “defensividade” ou [falta de] abertura da política de uma nação branca em relação ao mundo não-branco, parte central do processo que culminou na hegemonização e internacionalização do sistema capitalista. Historicamente, tal jornada atinge seu ápice no início do século XX, na medida em que, naquele momento, o constructo sócio-político “Raça” era vasta e explicitamente mobilizado enquanto unidade ontológica fundamental da política, quiçá a mais importante delas. Amplificadas pela popularização do Darwinismo social e dos ideais eugênicos – e catalisadas pelo temor de que os povos “não-brancos” pudessem pôr em xeque a “supremacia branca” –, as construções que impunham e as sociabilidades a partir da “diferença racial” mostravam-se extremamente fortes e determinantes para a política de poder internacional então estabelecida. Para tanto, “conceitos racializados” foram articulados como partes do repertório das ciências sociais para ordenar, categorizar e hierarquizar os povos do mundo.

É nesse contexto que se dá a inserção internacional imperialista estabelecida pelos EUA. Após a conquista da independência no final do século XVIII e de todo o processo de “*State-Making*” consolidado ao longo do lustro seguinte (momento em que a prioridade era, via “Colonização Interna”, assegurar um território que se estendesse do Atlântico ao Pacífico sendo este povoado não mais por populações originárias, mas, sim, por migrantes já “adaptados” aos padrões de acumulação capitalistas), o país caracterizou-se por exortar um discurso anti-imperialista, apesar de, na prática, adotar uma postura imperialista (e racista), em especial na América Latina. Naquele momento, crucial para a história das Relações Interamericanas, se



iniciou o processo de expansão do poderio econômico-político-militar dos EUA, num cenário em que a região estava sob dominação do capital financeiro, cujo epicentro ainda era a Europa Ocidental. Como forma de tentar amenizar a hegemonia europeia na região, os EUA passaram a, sistematicamente, praticar intervenções diretas e indiretas, como aquelas que aconteceram em Porto Rico (1898), Cuba, via “Emenda Platt” (1902), e Haiti (1915), entre outras. A máxima de Theodore Roosevelt (1901-1909) conhecida como “*speak softly and carry a big stick*” caracteriza com propriedade a estratégia política adotada para o trato com os países latino-americanos. Em que pese o fato de o engajamento estadunidense na região ter sido intenso, não havia clareza dentro dos Estados Unidos quanto a sua participação em outras regiões do mundo, dada a pressão exercida pelos grupos isolacionistas politicamente articulados do país.

Embora as teses isolacionistas tenham se demonstrado fortes, vale destacar o choque com o idealismo wilsoniano, o qual buscava criar mecanismos internacionais que garantissem a paz ancorada na economia liberal e na democracia. Este choque entre isolacionistas e internacionalistas idealistas não impediu, porém, que houvesse um crescimento vertiginoso da indústria norte-americana, majoritariamente voltada para a indústria de guerra, fomentando a consolidação de um enorme arsenal militar e industrial (complexo-industrial-militar). Nesse sentido, estabeleceu-se consenso em relação ao comprometimento e à priorização no que concernia à construção das condições materiais e institucionais necessárias para o maior avanço possível do processo de acumulação de capital protagonizado pela iniciativa privada.

Em que pesem as divergências estratégicas, havia também clara convergência entre os dois grupos no que concernia ao tratamento racista conferido às populações originárias dos países em que o *jovem* imperialismo estadunidense paulatinamente avançava. No contexto do debate sobre a pertinência (ou não) da prática imperialista enquanto motor da política externa dos EUA na transição entre os séculos XIX e XX, a visão de mundo notadamente racista emanada dos mais diversos setores societários estadunidenses forneceu argumentos cruciais tanto para as teses favoráveis quanto para as contrárias à expansão da presença imperialista do país no exterior. Surpreendentemente, os formadores de opinião e os *policy makers* de então pareciam não ter problemas em usar, simultaneamente, uma linguagem democrática e universalista para tratar dos assuntos internos e, em



contrapartida, concepções, vocabulário e visões de mundo abertamente racistas para projetar a participação internacional dos EUA.⁷

A partir desta dualidade, se forjou a integração de ambos os conceitos (democracia/racismo) em uma ideologia mais ou menos consistente, pois, ao sustentar que os seres humanos precisam de certas características raciais ou de desenvolvimento para exercitar autogoverno, os debatedores transformaram a “democracia” no próprio veículo de discriminação racial. A democracia não era tratada mais como um direito universal, mas, sim, como um direito exclusivo, um privilégio, que somente poderia ser exercido levando-se em conta as “capacidades inerentes” dos respectivos povos que a manejassem (KRENN, 1998). Assim, ao longo de séculos, consolidou-se nos EUA um regime político-societário notadamente racializado, no qual, tendo em vista a tonalidade de sua pele, as pessoas eram abertamente separadas, compreendidas e representadas a partir da dualidade “brancos e não-brancos”, sendo os últimos vistos como “selvagens”, “atrasados”, “deficitários”, pois não estavam “aptos” a viver em regimes capitalistas e democráticos.

E foi exatamente esse suposto “déficit civilizatório” o mais relevante argumento utilizado para impor e justificar o regime escravocrata tão fundamental para a ascensão dos EUA enquanto potência capitalista. Sobre o tema, aportam Beckert e Rockman (2017, p. 105):

Contrary to popular belief, the small farmers of New England weren't alone responsible for establishing America's economic position as capitalism expanded. Rather, the hard labor of slaves in places like Alabama, South Carolina, and Mississippi needs to be kept in view as well. In fact, more than half of the nation's exports in the first six decades of the 19th century consisted of raw cotton, almost all of it grown by slaves [...] The slave economy of the southern states had ripple effects throughout the entire U.S. economy, with plenty of merchants in New York City, Boston, and elsewhere helping to organize

⁷ Sobre a maneira abertamente racista a partir da qual operaram importantes órgãos de imprensa estadunidenses no momento histórico aqui referido, interessante citar o artigo em que a Revista “National Geographic” faz mea-culpa em relação às suas reportagens e coberturas sobre povos não-brancos. Entre outros exemplos, Susan Goldberg, editora-chefe da revista, faz menção à seguinte matéria: “Some of what you find in our archives leaves you speechless, like a 1916 story about Australia. Underneath photos of two Aboriginal people, the caption reads: ‘South Australian Blackfellows: These savages rank lowest in intelligence of all human beings’”. O artigo de Goldberg pode ser consultado, na íntegra, em <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/04/from-the-editor-race-racism-history/>.



the trade of slave-grown agricultural commodities – and enjoying plenty of riches as a result.

Interessante notar, também, o peso e capilaridade do debate sobre raça na consolidação do campo acadêmico de estudos sobre Política Internacional por parte dos estadunidenses, ainda na virada do século XIX para o XX.⁸ Naquele momento, a Raça – e não apenas o Estado – era mobilizada como um dos fatores determinantes para a materialização da unidade política no Sistema Internacional. A obra de John W. Burgess, o mais aclamado cientista político de sua época, é uma importante prova desta realidade. Burgess se opôs veementemente ao projeto imperialista auspiciado pelo Presidente McKinley, pois acreditava que o bem mais precioso da pátria – a Democracia – só se fazia possível entre povos teutônicos. Sobre as inclinações racistas do *mainstream* acadêmico nos primórdios das escolas de relações internacionais nos EUA, complementa Blatt (2018, p. 37):

Burgess was a proponent of “Teutonism” or “Teutonic germ” theory. It was essentially a mix of Hegelian historicism and late-19th century racial anthropology. For Teutonists, the U.S. political system represented the highest development of an Anglo-Saxon “genius for liberty.” Political life was the expression of a racial soul and history was the record of racial development; some races had the capacity and were destined to develop free political institutions. Everyone else would eventually be forcefully “organized” by the superior, “political nations” or disappear entirely. And in fact, this was the paradigmatic theory of politics in the early years that the discipline was taking root in the university system.

Restava clara, portanto, a ativa participação dos EUA na manutenção do sistema imperialista de dominação racial que caracterizou, por séculos, o Sistema Internacional. Tal sistema distinguiu-se, fundamentalmente, por suas premissas de valor messiânicas e etnocêntricas. A virtude forjou-se enquanto experiência confinada ao que era tido enquanto “branco” e “ocidental”; por sua vez, o mal se

⁸ Importante esclarecer que visões abertamente racistas não foram exclusividade das contribuições epistemológicas originadas dos EUA. Antes da referida característica se consolidar na América, o “racismo científico” foi amplamente difundido na Europa, em especial nos Estados com pretensões e práticas imperialistas. A título de exemplo, cita-se o supremacismo racial na obra de Immanuel Kant, o qual pode ser comprovado, entre outras, através da seguinte passagem em que o autor alemão trata sobre os motivos considerados, à época, “científicos” no que se referia à diferença das raças: “Aliás, o calor úmido é favorecedor do forte crescimento dos animais em geral, e breve, surge o Negro, que está bem adaptado ao seu clima, a saber, é forte, corpulento, ágil; mas, que, ao abrigo do rico suprimento da sua terra natal, [também] é indolente, mole e desocupado” (KANT, 2010).



equiparava à negritude e aos modos irreligiosos assumidos pelas sociedades não-brancas. Tal organização da arquitetura do poder no Sistema Internacional entronizou e perpetuou o domínio branco. A violência foi amplamente utilizada para conquistar os territórios e riquezas dos “povos de cor” para, em seguida, ser legalizada como poder policial e vigilante, com vistas a proteger os privilégios daqueles que controlavam a terra e a produção, bem como o governo. Assim, a força de polícia e o poder militar foram as armas mobilizadas ao longo dos esforços imperialistas empreendidos pelas potências capitalistas, cuja pauta expressamente remetia à imposição do padrão de estratificação racial (LEMELLE E SHEPHERD, 1970).

Segundo aponta Hilfrich (2012), a prática imperialista se desenrolou em um período particularmente racista da história dos EUA. Sem serem perturbados pelo Norte, os estados do Sul, após a derrota na Guerra de Secessão, avançaram na consolidação e institucionalização de um atroz regime de segregação racial, o qual, paulatinamente, também foi incorporado pelo Norte, tornando-se, assim, uma política de Estado. Ao mesmo tempo, o governo federal restringia a imigração asiática e colocava limites ao influxo de pessoas provenientes de países do leste e do sul da Europa. A ideia de "Raça" é, obviamente, uma construção cultural. Naquela época, porém, tanto nos EUA quanto na Europa, construiu-se um amplo esforço epistemológico que buscava legitimar e sustentar o pensamento racista pautado na "ciência", tanto a partir das proposições do chamado “darwinismo social” quanto pelo racismo "positivo" anglo-saxão, o qual estipulava que os brancos anglo-saxões constituíam o auge do desenvolvimento humano.

Nesse contexto, em especial pela natureza da participação dos EUA tanto na Revolução do Havai (1893)⁹ quanto na Guerra Hispano-Americana (1898),¹⁰

⁹ Em 1893, um grupo formado, majoritariamente, por empresários brancos com negócios cada vez mais lucrativos instalados no arquipélago (em especial o comércio de açúcar) construiu alianças com militares americanos para, assim, derrubar a monarquia constitucional havaiana. Os líderes do *coup* esperavam a anexação imediata aos Estados Unidos, mas, num primeiro momento, o Presidente Cleveland se opôs a ideia. Três anos mais tarde, um tratado para a anexação do Havai foi apresentado ao Congresso estadunidense. Contudo, graças ao lobby da rainha deposta Liliuokalani e também de dezenas de milhares de petições de havaianos que eram contra a anexação, o Senado posicionou-se contra ao pleito de anexação. Foi somente no ano seguinte, com a eleição de William McKinley e sua agenda abertamente imperialista, que foi aprovada a anexação do Havai.

¹⁰ A Guerra Hispano-Americana ocorreu em 1898, colocando fim ao domínio colonial espanhol nas Américas. Em contrapartida, os conflitos entre EUA e Espanha resultaram na aquisição de territórios pelos primeiros no Pacífico ocidental e na América Latina. Nesse contexto, os dois lados assinaram o Tratado de Paris, pelo qual a Espanha renunciou a todas as reivindicações a Cuba, cedeu Guam e Porto Rico aos Estados Unidos e transferiu a soberania sobre as Filipinas para os EUA por US \$ 20



consolidou-se a estratégia inicial da inserção internacional estadunidense a partir da clara adaptação da visão Sulista sobre raça, tanto por Republicanos quanto por Democratas, como a *racionalidade* do imperialismo. Assim, no momento inicial da consolidação da hegemonia dos EUA no Sistema Internacional, os habitantes das novas possessões insulares eram tratados como “de cor” (*colored*), ou seja, como partes de sociedades racialmente inferiores.

Por sua vez, os estadunidenses avançavam com confiança, pois estavam convencidos de sua responsabilidade de civilizar os vastos rincões mundiais ainda mergulhados nas trevas da barbárie. Concretizavam-se, pois, as premonições e dogmatismos do “Destino Manifesto”. Porém, para que tal projeto avançasse a contento, o Estado estadunidense foi impelido a comprometer algo que lhe era muito valioso no contexto de sua formação federalista: a bandeira listrada e estrelada avançou, mas a Constituição – e os direitos por ela assegurados – não a seguiu (WESTON, 1972).

A relutância de participação direta nas discussões havidas no período entre guerras representou o intervalo temporal necessário para os Estados Unidos aprimorarem as técnicas que mais tarde lhes seriam úteis no esforço de projetar e expandir seu poder em escala global: a combinação entre imperialismo formal e informal, amparado por um discurso liberal, de superioridade moral e de benevolência. Nesse contexto, porém, a questão racial permanecia um importante desafio a ser enfrentado, na medida em que a expansão no exterior pautada na supremacia racial era complexificada a partir da emergência das rebeliões dos movimentos pelos direitos civis dos negros que, no cenário interno, acabaram por criar uma grande crise racial na qual a política interna e a externa não se distinguiam claramente. A título de exemplo, importante mencionar, aqui, as chamadas “Leis de Jim Crow”, as quais institucionalizaram a segregação racial nos EUA após o período de Guerra Civil e foram mantidas, em alguns Estados da Federação, até 1965. A luta contra esse tipo de situação foi um dos principais catalisadores para o fortalecimento das lutas pelos direitos civis da população negra dos EUA, em especial a partir do período após a Segunda Guerra Mundial.

milhões. O sucesso nesta guerra foi extremamente significativo para os estadunidenses, pois seus resultados acabaram por alavancar o imperialismo de McKinley, em especial pela conquista de posses distantes no exterior.



Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA tentaram construir a *Pax Pacífica* (GALTUNG, 2005). As rivalidades com o Japão, a intervenção na guerra civil chinesa e as duas guerras que os EUA travaram na Coreia e no Vietnã foram influenciadas tanto por atitudes assimilacionistas raciais domésticas quanto por padrões de poder paternalistas externos originalmente estruturados no século XIX. A suposição erigida no pós-Guerra de que a paz dependia, além do prioritário enfrentamento à URSS e da conseqüente luta ideológica contra o comunismo, também da presença política e militar estadunidense no continente asiático e nas ilhas do Pacífico, tem uma dimensão racial semelhante à regra imperialista aplicada pelos britânicos no contexto da manutenção da colonização da Índia.

Para justificar tal postura internamente e vencer os isolacionistas, criam-se as bases para interpretações não econômicas na ciência política norte-americana, ciência esta que mais tarde sustentaria o nascimento das relações internacionais como campo de estudo autônomo naquele país. Como afirma Carmo (2013, p. 6), “nesse contexto, na formação da área de relações internacionais como campo do conhecimento predominaram as interpretações realistas”.

4. UM AFASTAMENTO TEÓRICO NECESSÁRIO

A interpretação mais aceita nos manuais introdutórios de Relações Internacionais organiza a história da disciplina em pelo menos três grandes debates: o primeiro entre os realistas e os liberais idealistas; o segundo entre “tradicionalistas” e os “cientificistas” ou “behavioristas”; e o terceiro entre os racionalistas e os reflexivistas (JACKSON E SØRENSEN, 2018). Como observa Lake (2013, p. 568), “[t]he history of the field of International Relations is typically told as a series of Great Debates, epic battles between titans that shaped the direction of inquiry and knowledge for decades afterwards”. A estruturação da história da disciplina em grandes debates, segundo Wæver (1998, p. 715), serve para organizar a história do campo. Entretanto, é bem sabido que este tipo de expediente é extremamente contestável (DUNNE et al., 2007).

Como nos mostra Smith (2007, p.4), existem inúmeros problemas neste tipo de “organização da história do campo”. Segundo o autor, o que de fato aconteceu foi que o realismo dominou a disciplina, principalmente em sua origem. Enquanto isso,



outras abordagens cobriam questões secundárias, como as relacionadas às instituições e ao comércio no caso dos liberais, ou ao poder econômico relativo e à desigualdade estrutural no caso dos marxistas. Justamente por isso, muitos relacionam a existência das Relações Internacionais com o próprio realismo, de modo que, se tal abordagem entra em crise, as Relações Internacionais como campo de estudo entram em crise. Assim, o Realismo e as Relações Internacionais se tornaram interdependentes, uma vez que “every attempt to redefine the borders of the discipline is immediately seen as an attack of realism. Vice-versa, there has been the tendency to see many attacks of realism as attacks of the legitimate independence of the discipline as such” (GUZZINI e LEANDER, 2005, p.75).

Um autor primordial neste contexto é Edward Hallet Carr (2001). Considerado um dos fundadores do realismo clássico, Carr analisou o período do entreguerras com profundidade e dividiu os internacionalistas da época em dois grupos: primeiro, os utópicos que, entre outras coisas, desconsideravam a História para fazer formulações abstratas, mesmo que a realidade insistisse em não se adequar aos seus pressupostos; O segundo grupo, composto pelos realistas, estaria no extremo oposto por considerar estas formulações atemporais irrelevantes para a compreensão da política internacional. Justamente por isso, a proposta realista deveria focar na ocorrência histórica e no conhecimento adquirido pelos fatos. Em suma, para o autor “os dois métodos de abordagem – a tendência a ignorar o que foi e o que é, e a tendência a deduzir o que deveria ser partindo do que foi e do que é – determinam atitudes opostas com relação a todo o problema político” (CARR, 2001, p.17). Paradoxalmente, os fortes alicerces da obra de Carr na análise histórica não permaneceram no debate realista com o passar dos anos, debate este caracterizado pelo ahistoricismo. Mesmo assim, a obra de Carr encontrou eco, talvez não na forma que o próprio autor gostaria, justamente nas universidades da potência em ascensão em meados do século XX, ao lado de autores como Nicholas Spykman, Hans Morgenthau, entre outros.

Mesmo entre os liberais, a crítica persiste. Segundo Zahran, (2016, p.20), não deixa de ser irônico o fato de os liberais estadunidenses apoiarem as interpretações tradicionais da história dos EUA. Para este autor,

[i]t is remarkable that a society which fought a Civil War mainly over slavery, and experienced a powerful civil rights movement one-hundred



years after that, can conceive a collective grand narrative that emphasises consensus, progress and development. Nevertheless, that is precisely what the idea of US exceptionalism does, smoothing social conflict and contradictions in favour of a common narrative. (ZAHARAN, 2016, p.21)

Nesse contexto, a afirmação de Ole Wæver (1998, p. 687) deveria balizar os debates da área, principalmente fora dos Estados Unidos. Segundo o autor, “IR is and has been an American social science”. Diante disso, faz-se necessário olhar para as estruturas intelectuais internas dos Estados Unidos para entender a recorrência dos grandes debates bem como o papel desproporcional que os Estados Unidos ocupam no campo (WÆVER, 1998, p.726). Entretanto, Segundo Cruz e Mendonça (2010), parece haver certa oscilação no uso que Wæver faz dos adjetivos para caracterizar a disciplina das Relações Internacionais. Para estes autores,

[n]o final da década de 70, Hoffmann a tratou como uma ‘disciplina americana’. Vinte anos depois Weaver continuava considerando-a uma disciplina ‘not so international’. Mas em algumas passagens refere-se à mesma como uma disciplina global. Esse último qualificativo parece não se justificar. O contraste entre os percentuais de artigos de autores americanos publicados em revistas americanas de diferentes campos das ciências naturais (40-50%) e nas revistas de Relações Internacionais (em torno de 90%) apoia este juízo. (CRUZ e MENDONÇA, 2010, p. 313)

Isso ocorre, segundo Stanley Hoffmann (1977, p. 43), em território estadunidense, impulsionado pela necessidade de formação de quadros de uma potência em franca ascensão, acompanhado por dois impulsos contraditórios: um “utopismo renovado”, como exemplificado pela arquitetura internacional criada e gerida pelos Estados Unidos no pós II Guerra, e uma mistura do que Hoffmann chama de repulsa e culpa pelo idealismo americano impotente, bem como seu isolacionismo escapista. Neste contexto, o realismo “precisely provided what was necessary” (HOFFMAN, 1977, p.48). Este movimento não encontrou oposição em outras partes do mundo, quer pela ausência de recursos materiais, quer pelas estruturas institucionais limitadas, entre outros constrangimentos. Segundo Cruz e Mendonça (2010, p. 314) o mais importante está em outro lugar: “[e]le reside na disposição de suspender a validação de quaisquer contribuições, venham de onde vierem, enquanto não tenham passado pelo crivo da crítica interna”.



Por estas e outras razões, torna-se cada vez mais urgente o afastamento teórico com os debates e premissas estadunidenses para o campo das Relações Internacionais. Carvalho et al (2011, p. 737), por exemplo, afirma que a narrativa em torno do que se convencionou chamar de primeiro grande debate é extremamente equivocada pelas seguintes razões:

firstly, because it presents the discipline as an ahistorical extrapolation backwards of current developments and concerns in international relations; secondly, because it allows for a reading of the historiography of the discipline where certain theoretical perspectives win out due to their ability to best explain the so-called 'real world'; thirdly, because it glosses over the Eurocentric and racist foundations of the discipline by providing a Whiggish reading of the discipline's birth on the one hand, while, on the other, providing an empiricist epistemology that is ill-equipped to handle the many-faceted and constantly changing challenges that confront the discipline today; and, fourthly, and following on directly from the third, is the problematic assumption that IR underwent a miraculous virgin birth that occurred almost overnight in 1919 following a grueling 48-month gestation period on the blood-drenched battlefields of Europe.

É neste contexto de ahistoricismos, de falsos realismos, de racismos e de leituras fantásticas da história do campo que as Relações Internacionais surgem como disciplina e promovem o estrangulamento de debates até então consolidados, como vimos nas seções anteriores. Diante disso, destacam-se duas especificidades do excepcionalismo estadunidense no século XX: a) existência de uma doutrina política que justificava as intervenções agressivas deste país no mundo (realismo) e a criação de um aparato teórico e técnico para dar suporte a esta política externa (curso e teorias *mainstream* de relações internacionais); e b) a existência de um discurso "benevolente", de superioridade moral dos princípios do capitalismo e da democracia liberal, de maneira sem precedentes. O realismo, portanto, é incapaz de captar com profundidade as novas subfases do capitalismo e nem é capaz de absorver de modo crítico as contradições da história das relações internacionais dos Estados Unidos. Deste modo, um olhar "do Sul" e "pelo Sul" sobre a ordem internacional contemporânea não deve partir destas bases, uma vez que elas, em última instância, estão intimamente ligadas ao projeto que se pretende denunciar.

Existem muitos esforços neste sentido (ELMAN e ELMAN, 2008; GILL, 2003, 2002; GUZZINI, 1998, entre outros). Para os propósitos deste artigo, vale destacar



que, com o passar dos anos, o campo crítico teórico de relações internacionais, embora, em parte, sem o devido aprofundamento da obra de Gramsci, absorveu de maneira mais veloz o termo “hegemonia” para se referir aos países com a função de coordenar a expansão do capitalismo mundial (GILL, 1993; MORTON, 2007; RAMOS, 2013). Como afirma Garcia (2010, p. 161), “o conceito de hegemonia é usado de maneira mais abrangente do que imperialismo, tendo sido incorporado em boa medida por realistas e institucionalistas das Relações Internacionais”. A autora conclui afirmando que “império e hegemonia têm algo em comum – o exercício da liderança –, porém há divergência sobre a finalidade, a forma e os instrumentos com os quais esta liderança é exercida”. A nosso ver, o que está na raiz desta divergência é a dificuldade da conjunção de objetivos estratégicos com objetivos econômicos. A autora conclui que

[a]lguns autores críticos e marxistas buscaram adequar o conceito gramsciano em sua complexidade para as Relações Internacionais. No entanto, na concepção predominante na academia norte-americana, o realismo, a visão de hegemonia é centrada no poder do Estado em sua forma simples: instituição de autoridade política. Um expoente do realismo, Gilpin (1981, p. 197-198), equivale poder, hegemonia, império e Estado dominante como sinônimos. (Garcia, 2010, p. 163)

Entretanto, os ditos “marcos fundacionais” das Relações Internacionais enquanto campo de estudo, principalmente aqueles ligados ao primeiro debate, atribuem uma qualidade a esta liderança/hegemonia/império. Trata-se de uma hegemonia que se coloca como benevolente, capaz de colocar os interesses coletivos acima dos seus próprios interesses. Esta é a principal ambiguidade da política externa dos Estados Unidos e sua postura imperial que o conceito de hegemonia conseguiu captar: hegemonia como “estruturas de dominação” no cenário internacional e como “liderança consentida” (como popularizada pela equação “consenso + coerção”), além de captar possibilidades reais de coexistência de métodos de dominação formais e informais. Aliás, este último seria até mais eficiente para a dominação e o principal vetor da manutenção da superioridade dos Estados Unidos em termos de poder, mesmo após diversos questionamentos.

Neste sentido, Panitch e Gindin (2006), por exemplo, vem sugerindo a constituição de um império informal norte-americano, pautado na imensa capacidade de incorporação de eventuais rivais a uma dinâmica de fortalecimento da



globalização dos mercados e da mundialização do capital. Como nota Amaral (2012, p. 96),

esta modalidade de imperialismo se baseia não na diluição das fronteiras nacionais (como propunham Hardt e Negri) ou em sua transposição, mas na penetração destas fronteiras, na integração dos diferentes Estados como elementos componentes do império informal estadunidense [...]. Desta forma, o que ocorre é que o império informal domina através de outros Estados, coordena todas as outras potências capitalistas, exercendo seu domínio através de outros Estados [...].

Trata-se, portanto, da formação de relações interestatais tuteladas pelos Estados Unidos, que impõem aos demais responsabilidade por “criar as condições *internas* necessárias para sustentar a acumulação *internacional*, como a estabilidade dos preços, as limitações à militância operária, o tratamento nacional aos investimentos estrangeiros e a saída irrestrita de capitais” (PANITCH e GINDIN, 2006, p. 43, *italico original*). E tudo isso se dá sem o uso explícito de instrumentos unilaterais de coerção, mas através do que os autores chamam de “imperialismo a convite”, que se desenha com enorme clareza a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e das políticas esboçadas no Acordo de Bretton Woods. Albo (2006, p. 136) segue linha de análise muito parecida, argumentando que

[a] unidade e as contradições na circulação internacional do capital supõem que o conflito e a cooperação, a rivalidade competitiva e a interdependência, estão igualmente enraizadas no mercado mundial. Na medida em que os circuitos do capital nos estados estão internacionalizados e, portanto, dependentes do mercado mundial para sua auto-expansão e realização, estarão presentes tanto uma maior competição quanto uma interdependência internacionais. As relações interimperiais registrarão esta contradição. Todavia, apenas em momentos históricos particulares as rivalidades competitivas entre as empresas e entre os estados se tornarão uma rivalidade imperial no sentido de conflito em torno da liderança política do bloco imperialista [.]

ficando evidente a obsolescência das guerras em favor do uso de mecanismos de consenso e cooperação, mesmo que sem supressão da concorrência e das rivalidades intercapitalistas próprias desse sistema.

Para capturar estes aspectos contraditórios da política internacional dos Estados Unidos bem como compreender seus desdobramentos no campo de estudo



das Relações Internacionais – que, como procuramos demonstrar, passou pelo ocultamento do debate sobre imperialismo e racismo e pela promoção de uma leitura ahistórica e enviesada da realidade –, torna-se urgente o afastamento com os pressupostos, as agendas e os marcos conceituais do que se pode caracterizar como *mainstream* deste campo de estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos demonstrar que as teorias do imperialismo (clássicas e contemporâneas) e o debate sobre o racismo nas teorias de relações internacionais, embora possuam níveis diferentes de abstração, são leituras necessárias para uma compreensão mais aprofundada sobre a dinâmica e o funcionamento do sistema internacional contemporâneo e, mais especificamente, sobre o papel dos Estados Unidos na ordem internacional hodierna. Não nos parece ser coincidência que o desaparecimento do debate sobre imperialismo e racismo nos Estados Unidos tenha acontecido no mesmo momento que os Estados Unidos consolidam sua política imperialista no século XX, ancorados no realismo como doutrina de ação. Justamente por isso argumentamos que as teorias de relações internacionais consideradas *mainstream*, com destaque para o realismo, são insuficientes por reproduzirem, de modo consciente ou não, os problemas que pretendemos denunciar. Justamente por isso, defendemos fazer-se necessário romper com a tendência cientificista, ahistórica e aparentemente “elegante”¹¹ dentro das teorias dominantes no debate específico de relações internacionais que, abertamente e desde muito, tem evitado um diálogo mais próximo com as abordagens do imperialismo e do racismo.

Para tanto, buscamos fazer três movimentos principais: um de recuperação dos argumentos centrais que atravessam as teses clássicas do imperialismo, a despeito de suas diferenças internas; um de resgate dos alicerces constitutivos do poder global dos Estados Unidos envolvendo algumas características do tipo de imperialismo exercido por este país; por fim, uma reflexão sobre os elementos que parecem contribuir com o afastamento teórico dos internacionalistas estadunidenses

¹¹ Elegância teórica, partindo de uma perspectiva positivista, se refere a explicações parcimoniosas e com certo grau de previsibilidade. Esta concepção de ciência, entretanto, não é (e nem deve ser) consensual.



em relação às teorias do imperialismo – e sua consequente aproximação com as teses realistas e o próprio conceito de hegemonia.

As observações feitas aqui nos permitem dizer que o diálogo entre estas duas escolas (teorias clássicas do imperialismo e as teorias *mainstream* de relações internacionais) é impraticável. Baseados na percepção já exalada de que o imperialismo – quando entendido como a fase monopolista do capitalismo – admite uma infinidade de arranjos políticos que garantam a acumulação de capital em escala mundial, o que pretendemos defender é a insubstituibilidade da categoria imperialismo para lidar com os fenômenos do capitalismo contemporâneo. Além disso, procuramos fazer apontamentos sobre a insuficiência do realismo na captura das reais dinâmicas de funcionamento do sistema internacional contemporâneo. Os avanços tributados ao uso da categoria hegemonia – como a questão das estruturas de poder e a dupla consenso-coerção materializando a forma predominante de garantia de dominação na atualidade – são perfeitamente compatíveis com a análise do imperialismo e convertem-se no núcleo central das análises mais recentes sobre o tema.

Com isso em mente, concluímos que as teorias do imperialismo (clássicas e contemporâneas) parecem pavimentar um caminho mais sólido para a compreensão das verdadeiras bases do poder global dos Estados Unidos no cenário contemporâneo. Deste modo, propomos uma agenda de pesquisa que considere o imperialismo estadunidense (ou o tipo de hegemonia exercida pelos Estados Unidos) no século XX e XXI com as seguintes características: a) altamente propagandeado, com fortes mensagens de legitimação amparadas num discurso de benevolência e superioridade moral (portanto muito mais informal do que formal); b) parcialmente inclusivo, pois permite a defesa dos interesses de uma classe não-nacional ou burguesia transnacional; c) agressivo para com os países que querem fazer qualquer tipo de desconexão d) regulatório, agindo como prestador de última instância e mantendo a credibilidade do dólar; e) ilusório, porque permite certo grau de multilateralismo, que, na verdade, é apenas a ampliação de um mesmo núcleo decisório; f) racista, ao perpetuar uma dimensão racial do sistema internacional, fundamentalmente forjada na ideia de “branquitude” e “ocidentalidade”, em detrimento da negritude e dos modos irreligiosos assumidos pelas sociedades não-brancas; e f) teórico, incluindo aí teorias de relações internacionais que não



explicam este estado de coisas, mas, pelo contrário, ajudam a legitimá-lo. Qualquer reflexão contemporânea sobre o imperialismo deverá absorver estas características.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBO, Gregory. "A velha e a nova economia do capitalismo". In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012

BECKERT, Sven e ROCKMAN, Seth. *Slavery's Capitalism: A New History of American Economic Development*. University of Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2017.

BLATT, Jessica. *Race and the Making of American Political Science*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

CARMO, C. Alves. Poder, Estado e Hegemonia: as interfaces entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional. *Revista OIKOS*. Volume 12, n. 1, 2013.

CARR, E. H. VINTE ANOS DE CRISE 1919 - 1939: Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2001.

CARVALHO, B. DE; LEIRA, H.; HOBSON, J. M. The big bangs of IR: The myths that your teachers still tell you about 1648 and 1919. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 39, n. 3, p. 735–758, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Pensar a América Latina para além do latino-americanismo. [Entrevista concedida a] Ricardo Machado e Andriolli Costa. *IHU Online*, São Leopoldo, n. 459, pp. 29-31, 17 nov. 2014.

CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. *Teorias do Imperialismo no Século XXI: (in) adequações do debate no marxismo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2012.

CRUZ, Sebastião Velasco e MENDONÇA, Filipe. O Campo das Relações Internacionais no Brasil. Situação, Desafios, Possibilidades. IN MARTINS, Carlos Benedito e LESSA, Renato (org.) *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo, ANPOCS, 2010



DINIZ, Eugenio. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade: uma discussão teórica realista. In: *Contexto int.* [online]. 2006, vol.28, nº 2, pp. 505-565. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292006000200005>.

DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. *International Relations Theories: Discipline and Diversity.* [s.l.] Oxford University Press, 2007.

ELMAN, C., & ELMAN, M. F. (2008). The Role of History in International Relations. *Millennium*, 37(2), 357–364. <https://doi.org/10.1177/0305829808097644>

GALLAGHER, John e ROBINSON, Ronald. The Imperialism of Free Trade. In: *The Economic History Review*, Second series, Vol. VI, nº 1, 1953.

GALTUNG, Johan. *Pax Pacifica: Terrorism, the Pacific Hemisphere, Globalization and Peace Studies.* London: Pluto Press, 2005.

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. *Contexto int.* [online]. 2010, vol.32, n.1 [cited 2015-03-08], pp. 155-177. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292010000100005>.

GILL, S. *Power and Resistance in the New World Order.* [s.l.] Palgrave Macmillan, 2003.

GILL, Stephen. *Gramsci, historical materialism and international relations.* Cambridge University Press. 1993

GUZZINI, S. *Realism in International Relations and International Political Economy: The Continuing Story of a Death Foretold.* [s.l.] Routledge, 1998.

GUZZINI, S.; LEANDER, A. *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and His Critics.* [s.l.] Taylor & Francis, 2005.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império.* Rio de Janeiro: Record, 2002.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro.* São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HILFRICH, Fabian. *Debating American Exceptionalism.* New York: Palgrave Macmillan, 2012.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: a study.* Nova Iorque: Cosimo, 2005. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=qULaZH2FEAgC>.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. *Daedalus*, v. 106, n. 3, p. 41–60, 1977.

JACKSON, R. et al. *Introdução às relações internacionais -- 3a edição revista e ampliada: Teorias e abordagens.* [s.l.] Zahar, 2018.



KANT, Immanuel. *Das diferentes raças humanas*. Tradução: Alexandre Hahn. Kant e-prints. Série 2, v. 5, n. 5, número especial, jul.-dez., 2010

KAUTSKY, Karl. O imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

KIDD, Ian James, MEDINA, José e POHLHAUS Jr., Gaile. *The routledge handbook of epistemic injustice*. Milton Park: Taylor and Francis, 2017.

KREEN, Michael L. *Race and U.S. foreign policy from 1900 through World War II*. New York: Garland Publishing, 1998.

LAKE, D. A. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 567–587, 2013.

LEITE, Leonardo de Magalhães. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação o imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2017

LENIN, Vladimir. I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2009. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MORTON, Adam. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. Pluto Pr, 2007.

OSORIO, Luiz Felipe Brandão. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. 1. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.

PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

QUIJANO, Aníbal. *A Colonialidade do Poder: Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*. Ano 17. Nº 37, 2002 (p. 04-29).

RAMOS, Leonardo. *Hegemonia, revolução passiva e globalização: o sistema G7/8*. PUC Minas. 384pp, 2013

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações internacionais: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Volume 1. Coleção Relações Internacionais. Brasília: IBRI, 2001.



FELIPE A. P. MENDONÇA & PEDRO HENRIQUE M. CÍCERO & MARISA S. AMARAL

SHEPHERD, George W. e LeMELLE, Tilden J. *Race Among Nations: A Conceptual Approach*. Lexington, Mass.: Heath Lexington, 1970.

SMITH, Steve. Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory. IN DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. [s.l.] Oxford University Press, 2007.

VITALIS, Robert. *White World Order, Black Power Politics: the Birth of American International Relations*. Nova Iorque: Cornell University Press, 2015.

WEAVER, Ole, "The Sociology of a Not So International Discipline: american and European Developments in International Relations", *International Organization*, 52, 4, 1998, pp. 687-727.

WESTON, Rubin Francis. Racism in U.S. Imperialism: The Influence of Racial Assumptions on American Foreign Policy, 1893-1946. *The Journal of Negro History*, Vol. 58, No. 2, 1973.

WOHLFORTH, William. The Stability of a Unipolar World. In: *International Security*, vol. 24, nº 1, pp. 5-41, 1999.

ZAHRAN, G. *LIBERAL INTERNATIONAL RELATIONS: INTERPRETATIONS OF US FOREIGN POLICY DURING THE REMAKING OF THE INTERNATIONAL ORDER*. [s.l.] University of Cambridge, 2016.